

AMBIENTE LIBERAÇÃO DE TERMELÉTRICAS EM SÃO JOSÉ É ‘RETROCESSO AMBIENTAL’ E PODE PIORAR AINDA MAIS QUALIDADE DO AR, DIZ ÓRGÃO

TERMELÉTRICA: BRIGA DEVE IR PARA JUSTIÇA

Como Prefeitura não atenderá pedido para retirada do projeto da Câmara, Defensoria Pública cogita ajuizar ação para impedir votação da proposta tida como um ‘retrocesso’

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Da Redação
@jornalovale

A polêmica sobre o projeto que permite a instalação de usinas termelétricas em São José dos Campos deve desencadear uma batalha judicial. O ajuizamento de uma ação para tentar barrar a votação da proposta pela Câmara é uma das alternativas cogitadas pela Defensoria Pública.

No fim de junho, o órgão chegou a enviar uma recomendação ao governo Felício Ramuth (PSDB), que é o autor do projeto, para pedir que o texto fosse retirado do Legislativo.

A Defensoria classifica a proposta como “um retrocesso em matéria ambiental” ao “permitir a instalação de usinas termelétricas” movidas “a combustível fóssil (óleo combustível, óleo diesel, carvão natural etc), fontes altamente poluidoras e geradoras de gases do efeito estufa”, com “potencial para agravar a já deteriorada qualidade do ar” da cidade.

O órgão aponta ainda que o projeto foi elaborado sem participação popular e sem estudos sobre ganhos ambientais, e que o texto viola resoluções federais, estaduais e até o Acordo de Paris.

A recomendação foi recebida dia 30 e tinha prazo de três dias para resposta. A gestão tucana pediu mais tempo para comunicar sua decisão à Defensoria, mas publicamente a Prefeitura já afirma que o projeto não será retirado da Câmara. “Aguardaremos as respostas para avaliar os próximos passos, pois requisitamos uma série de informações sobre as justificativas que fundamentam o projeto. Com as respostas, ou prevalecendo a omissão, vamos avaliar as medidas judiciais que caberem”, disse o defensor público Jairo Salvador.

DEFESA.

Em nota enviada à reportagem, o secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara, alegou que o projeto visa a “modernização” da legislação municipal. “O país deverá repensar como ofertará a segurança energética, uma vez que as hidrelétricas perderão seu espaço na matriz elétrica nacio-



Meio Ambiente. Vista geral de São José dos Campos. Projeto não foi debatido em audiências públicas



CONTRA

“Com as respostas, ou prevalecendo a omissão, vamos avaliar as medidas judiciais que caberem”.

Jairo Salvador
Defensor público



A FAVOR

“O país precisa buscar e viabilizar outras fontes seguras e baratas para a geração de energia”.

Marcelo Manara
Secretário de Urbanismo

REPERCUSSÃO

Ambientalistas, OAB e ONG também já se manifestaram contra projeto de Felício

CORO. Além da Defensoria Pública, outros grupos e entidades também se manifestaram contra o projeto. A lista inclui ambientalistas, a Comissão de Meio Ambiente da OAB (Ordem

dos Advogados do Brasil) de São José e o Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental), que é uma ONG (Organização Não Governamental) voltada à proteção da qualidade ambiental. ■

nal”, disse. “É preciso investir em fontes renováveis e de baixo carbono, e o gás natural é apontado como principal combustível de transição”.

Sobre a não realização de audiências públicas para debater a proposta de mudança na lei, o secretário argumentou que as discussões com a sociedade serão feitas quando houver projetos a serem licenciados no município. “A alegação da Defensoria se configura como uma antecipação de momentos, pois não há projetos de usinas neste momento”.

Com a mudança na legislação, segundo Manara, poderia haver o aproveitamento energético do biogás que é queimado no aterro da Urbam (Urbanizadora Municipal), por exemplo. “A queima do biogás foi um projeto pioneiro que permitiu a geração de créditos de carbono por meio de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. No entanto, ainda é impedido de aproveitar energia elétrica desse processo de combustão dada a atual redação da lei orgânica que, por sua defasagem normativa, não possibilita os ganhos ambientais dessa rota tecnológica”. ■